



Aprender sem sair de casa



No espaço de um mês, a pandemia fez com que as escolas fechassem e mergulhassem no oceano digital. E uma nova telescola, trazida para o século XXI, está para surgir



notícia era esperada, mas nem por isso resultou menos chocante. Numa quinta-feira, depois de dias de especulações e palpites, António Costa contrariou a recomendação do Conselho Nacional de Educação e comunicou ao país que iria encerrar as escolas na segunda seguinte. A causa — a contenção do coronavírus, que não parava de alastrar — seria a mesma que, pouco mais tarde, sustentou a declaração pelo Presidente da República de um estado de emergência como não se via desde 1975.

Nessa quinta-feira, a normal noção do quotidiano estilhaçou-se. Durante tempo indeterminado, as crianças não pisariam a escola, e aquilo que viesse a ser colocado como alternativa era do domínio do enigma. Cada escola faria como pudesse ou soubesse, cada professor veria colocada à prova a sua literacia tecnológica e a capacidade de transcender ou não as aulas presenciais. Qual músico a quem é retirada a partitura, tiveram de improvisar, e foi o salve-se quem puder: de facto, naqueles 15 primeiros dias confusos, houve de tudo um pouco, de aulas virtuais mais ou menos estruturadas e uso escorrido das plataformas virtuais a TPC mandados por *e-mail* em catadupa; de sessões de esclarecimentos por WhatsApp a *power points* explicativos; de pedidos de trabalhos escritos a outros de apresentações orais. Cada professor lançou mão do que tinha mais à mão. A noção de um certo excesso instalou-se, como se a falta de presença física só pudesse ser colmatada com uma chuva torrencial de propostas que prendessem os alunos ao computador e à rede.

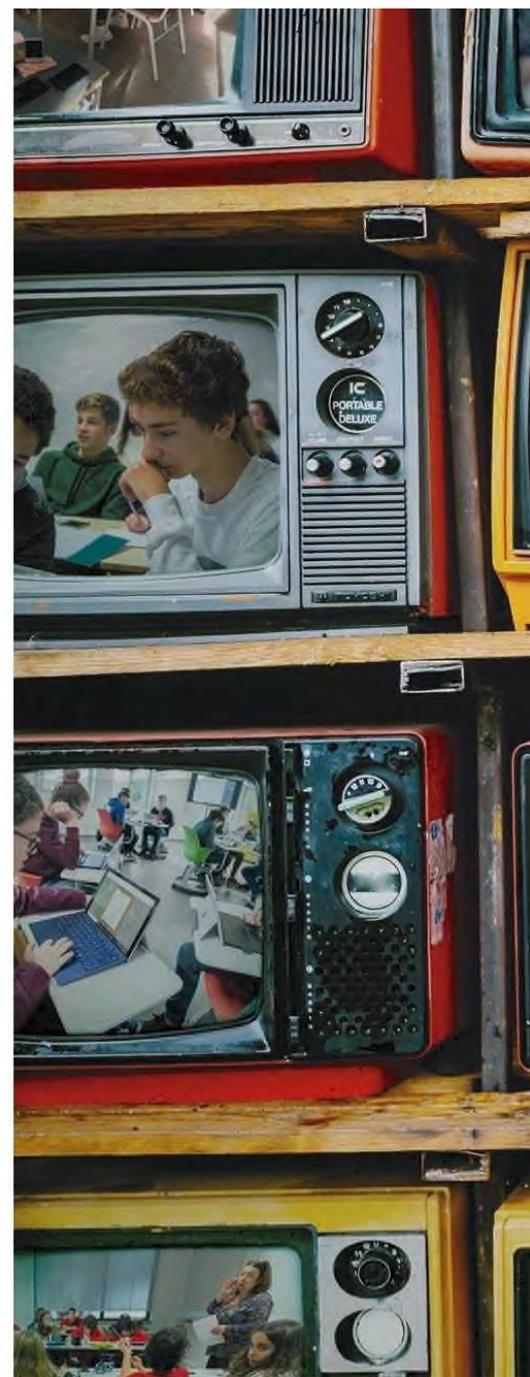
Passados os tais 15 dias, independentemente do que vier a acontecer — e já se sabe que o fim das férias da Páscoa trará uma segunda dose —, a escola nunca mais será a mesma. A instauração repentina de um modelo à distância pôs em evidência falhas, lacunas e competências. Criou necessidades antes despercebidas ou não levadas suficientemente a sério e transferiu para o virtual as desigualdades do terreno, mostrando que em Portugal, no século XXI, nem todas as crianças têm os meios ou o acesso. Permitiu, portanto, traçar um retrato do que seria o ensino se todos os instrumentos com que conta estivessem à disposição e fossem dominados

pelos seus intervenientes. Colocou a fasquia mais alta no que toca ao investimento no parque tecnológico escolar e nas ferramentas para uma verdadeira cidadania digital. Não, 15 dias depois não estamos no mesmo patamar em que estávamos. No mínimo, vemos mais.

Cada época traz consigo uma palavra, e talvez daqui a uns anos possamos dizer que a covid-19 nos fez ir à procura de um termo antigo, ainda que dotando-o dos métodos e conhecimentos dos nossos dias. Basta exercitar um pouco a memória e recuar aos anos 60, quando em Portugal foi implementada a telescola, em que os alunos acediam aos conteúdos letivos por meio da televisão. Em princípio, no dia 14 de abril e durante o 3º período, os alunos até ao 9º ano irão permanecer em casa e voltarão a ter disponíveis conteúdos escolares pela TV. Para isso contarão com canais da TDT (Televisão Digital Terrestre), a RTP2 e a RTP Memória, que são gratuitos e de acesso universal, a emitirem “conteúdos pedagógicos temáticos” organizados do 1º até ao 9º ano, numa grelha de segunda a sexta-feira. O pré-escolar terá também programas próprios, mais especificamente via RTP2.

“A ideia não é replicar a antiga telescola. É preciso ter cuidado ao comparar este novo recurso com a telescola que existiu no passado em Portugal, pois essa era semipresencial, com os alunos presentes em sala de aula e com um professor-monitor, também presencial, a acompanhar as aprendizagens, sendo difundidas as matérias remotamente através da TV. O que temos agora é diferente: é uma estratégia complementar para coadjuvar o precioso trabalho que tem sido feito pelos nossos professores”, disse ao Expresso o ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues. “Estes recursos pedagógicos são um complemento e um recurso de apoio, primeiramente, para que os alunos sem conectividade ou equipamento possam beneficiar das aprendizagens aí disponibilizadas, independentemente de outras utilizações que possam ser feitas pelos docentes”, notou. “Sabemos que as escolas têm encontrado soluções de acesso, com os alunos recorrendo às novas tecnologias. No entanto, compreendendo que é importante chegar a todos os nossos alunos. Acreditamos que a adoção de meios mais tradicionais, como os canais de TV — que estão, simultaneamente, na TDT e no Cabo —, implicará um acesso generalizado. De certa forma, a TV chega à generalidade da população, e temos aqui também a possibilidade de universalizar e poder chegar a todos”, especificou Tiago Brandão Rodrigues, frisando que a solução “não é uma panaceia nem resolve todas as questões, mas é mais uma ferramenta que permite alargar o espectro dos alunos que podem aceder a conteúdos pedagógicos”.

Só extinta no novo milénio e, portanto, vigente durante mais de três décadas, a telescola foi um projeto que surgiu com o objetivo de colmatar a falta de professores após o alargamento em dois anos da escolaridade obrigatória, correspondente ao ensino preparatório. E se, em certos casos, supria mesmo a presença da escola física, em muitos outros (a maioria), as matérias dadas eram



monitorizadas em ambiente escolar por um docente do 1º ciclo. Esse teor misto do ensino nos antigos 5º e 6º anos poderá ser agora recriado, até ao 9º, com a alternância de TV e meios digitais, estes últimos repondo uma presença ou a presença possível em tempos de confinamento social.

ASSUMIR UM ATIVISMO DIGITAL

“Há muito tempo que integramos na agenda educativa a educação e a cidadania digital, mas até hoje não houve a consciência de que era preciso fazer um pacto social à volta desta questão”, diz Luísa Aires, professora do Departamento de Educação e Ensino à Distância da Universidade Aberta, ao Expresso. Sendo “expectável” que surgisse uma diversidade de respostas perante a emergência que vivemos e sendo claro que não houve tempo para delinear um plano ou antecipar cenários, “se assumíssemos um ativismo digital, no sentido de se



promover a educação digital para todos, conseguiríamos transformar um problema num horizonte imenso de possibilidades”. Para esta docente, trata-se em primeiro lugar de “aprender com isto”, de modo a que a oportunidade criada — por exemplo, de “democratizar o acesso à internet e aos equipamentos” — não seja desperdiçada.

De repente, o conceito de ‘educação à distância’ “passou a ser uma expressão usual no discurso de toda a gente”. Porém, não está uniformizada. E o que é? Assente num princípio de democraticidade no acesso ao ensino de adultos, hoje usufrui dos benefícios de uma sociedade digital. “Existe o mito da educação à distância como sendo um estudo solitário, mas num ensino que é interativo e participativo isso já não se coloca. Há presença, embora não seja física”, explica Luísa Aires. E se uma escola digital a funcionar em velocidade de cruzeiro “leva tempo”, não deixa de contar com uma multiplicidade

de suportes prontos a serem utilizados consoante as faixas etárias. Nas mais novas (até ao 9º ano), em que “um ensino totalmente digital não é realista”, requer-se que além das orientações da tutela sobre “procedimentos genéricos” se permita que “cada escola tenha autonomia na definição dos seus planos de ação e de como os concretizar”. No secundário, aí sim, é necessário um pensamento digital. “Não é uma missão impossível. Se reconhecermos que este é um movimento nacional para o qual todos — autarquias, ONG, empresas — têm de dar o seu contributo, doar um *tablet* ou um portátil não é um gesto exagerado. Seria possível que todos tivessem uma ferramenta de trabalho e uma *pen* de acesso à internet”, opina a professora.

A questão das condições e dos equipamentos é com certeza crucial. Mas também o é o modo como se encara este ensino. “Não se pode nem se deve dizer: ‘Vamos fazer tudo como era antes.’ O

ensino tradicional não é transferível, como por magia, para o universo virtual”, diz António José Osório. Este investigador do Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho chama a atenção para o facto de existirem muitas instituições em que os fundamentos da educação à distância já estavam a ser experimentados e que, por esta razão, se revelaram mais preparadas para lidar com o fecho das escolas. “É injusto dizer que não há qualquer experiência ou que todos estavam na estaca zero. É porque havia alguma experiência que se conseguiu fazer os mínimos em 15 dias”, observa. E as instituições de formação reagiram melhor, com maior eficácia, quanto mais experiências anteriores tivessem no currículo. Do outro lado da moeda, muitos professores estão “demasiado formatados no sentido de cumprir o programa” e demasiadas vezes carecem de “imaginação ou de ferramentas para ir mais longe do que mandar trabalhos”. “O



que é uma escola? São quatro paredes ou é algo que estrutura o processo de aprendizagem? Defendo que a escola é mais processo do que estrutura e que é possível encontrar uma plataforma ou espaço digital para a aprendizagem”, explica o docente, ressaltando que “não deveríamos precisar de estar em tempo de crise para pensar nisto”.

A CULTURA DELES

Para Cristina Ponte, o problema reside em que a própria cultura digital da maioria das escolas se resume a “passar *power points*”. “Temos a ideia de que o facto de as escolas estarem equipadas — e muitas estão — muda a dinâmica da sala de aula. Mas não é assim. Em geral, o professor ensina e o aluno ouve, e raramente se modifica este padrão”, diz esta professora catedrática do Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa. No entanto, o desafio das aulas à distância pode vir a “mudar a nossa relação com a tecnologia”. O *smartphone*, até aqui tido como o “inimigo” do ensino, pode tornar-se um aliado, um “meio para chegar a todos e um recurso que favorece a interação entre professores e alunos”. A rede EU Kids, de que Cristina Ponte é coordenadora em Portugal, concluiu que acima de 80% das crianças com mais de 9 anos têm telemóvel com acesso à internet. E talvez este seja o momento tão esperado para que a cultura “livresca, expositiva e presencial” das escolas se aproxime finalmente da cultura digital dos seus alunos. “A escola ainda não se adaptou. E está a enfrentar uma situação em que a tecnologia não pode deixar de ser usada. Há aqui uma oportunidade para repensar o que é o próprio processo de aprendizagem: que cultura têm os jovens e quais as potencialidades que existem nela, e como podem os professores tirar partido destes recursos e fomentarem a literacia digital”, reflete a especialista.

“O nosso sistema educativo não está preparado para aulas não presenciais e não expositivas. Não só em termos de programas: a maior parte dos professores não domina os mecanismos para lidar com uma situação que não seja chegar à sala e debitar conhecimentos. O professor deveria aprender como é que pode dar aulas à distância, e isso deveria estar integrado nos cursos universitários”, analisa Fernanda Tavares, ela própria professora das disciplinas de Matemática e TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) na Escola 31 de Janeiro, uma IPSS no concelho de Cascais. Porém, este processo formativo que obrigou os docentes a adquirir à pressa novas competências “é algo que, uma vez lançado, não volta atrás”. 15 dias a relacionar-se com os alunos à distância e outras duas semanas de férias a procurar soluções para o que aí vem tornaram a comunidade escolar em que se insere mais apta para enfrentar o desafio. Acima de tudo, encontrou-se uma forma mais homogênea de, a partir de agora e enquanto for preciso, integrar com os alunos. Com apenas um mês de teste, a escola já está noutro patamar.

E uma das decisões tomadas foi a de escolher plataformas comuns a todos os professores da escola, de modo a evitar o bombardeio desigual de

propostas que os alunos receberam no início. “Vamos usar o Zoom e o Google Classroom”, adianta a docente, que já elaborou um plano de ação: “No caso da Matemática, a ideia é mandar no início da semana uma espécie de sumário para as famílias se organizarem, além do material que vai ser dado. De seguida, servimo-nos do Zoom para explicar e do Classroom para colocar exercícios de consolidação. No fim da semana haverá outro Zoom para esclarecer dúvidas.”

O agrupamento de escolas de Cego do Maio, na Póvoa de Varzim, também já delineou uma abordagem e vai utilizar as mesmas plataformas. E é o seu diretor, também professor de Educação Visual, quem diz que a desigualdade entre as famílias será um dos maiores obstáculos. O levantamento feito aponta para 20% dos alunos sem computador e 5% desprovidos de acesso à rede. Do outro lado está um parque tecnológico escolar “fraco e antigo”, que em janeiro deixou de poder ser atualizado e hoje se tornou obsoleto. “Mesmo que estejamos bem preparados, vamos ter uma margem de alunos que não vão acompanhar”, desabafa Arlindo Ferreira, acrescentando que, até agora, o ME “se limitou a mandar informação sobre as plataformas disponíveis sem dar orientações claras”.

COMPETÊNCIAS EM VEZ DE PROGRAMA

Mas se há uma coisa que este mês tornou visível é uma listagem identificadora dos problemas. “Houve uma confusão entre TPC e ensino à distância, houve desigualdades que ficaram à vista, como o acesso aos meios tecnológicos, e houve também uma diferença na resposta dos alunos, em que os menos autónomos terão tido maiores dificuldades”, sublinha Maria Emília Brederode Santos. A presidente do Conselho Nacional de Educação diz

“A ideia não é replicar a antiga telescola. O que temos agora é diferente: é uma estratégia complementar para coadjuvar o trabalho dos professores”, diz o ministro da Educação

que, a partir de agora, após a “formação contínua e rápida” que professores, pais e alunos tiveram, não se pode deixar de retirar aprendizagens, como, por exemplo, a necessidade de “um coordenador” para monitorizar o excesso de trabalho e, em termos de conteúdo, “dar mais importância ao perfil de competências para o qual se devem adaptar as aprendizagens do que ao cumprimento do programa”, ou seja, “pôr os alunos sobretudo a pensar e a ler”. “Penso que fazê-los refletir sobre o momento histórico que estamos a viver será essencial, mais do que falhar ou não alguns itens programáticos. Daqui a uns anos vai-se falar do antes e do depois do aparecimento do coronavírus, e vale a pena eles tomarem consciência disso do ponto de vista cognitivo, histórico e literário. Há muitos materiais que, não sendo escolares, são igualmente educativos”, comenta Maria Emília Brederode Santos.

Seja como for, o impacto nas famílias da escola à distância não será despidendo. “Este novo regime representa um apelo a uma maior autonomia e responsabilidade por parte dos alunos. Porém, os mais novos — e em especial aqueles com menos sucesso no processo de aprendizagem — terão naturalmente uma maior necessidade da figura do adulto, de um esquema mais formal e aproximado da aprendizagem que já conhecem”, especifica Sofia Nunes da Silva, psicóloga familiar no Hospital de Santa Maria, em Lisboa. Num tempo em que a maioria dos pais desempenha a sua atividade em regime de teletrabalho e em que as fronteiras do plano profissional e familiar se encontram mais esbatidas, o desafio aumenta exponencialmente: “Há globalmente uma pressão aumentada nesta altura sobre os pais, que têm muitas vezes de responder a chefias que mantêm o mesmo grau de exigência e cujas tarefas se veem acrescidas pela presença dos filhos em casa. É importante que, enquanto sociedade, possamos dar voz ao risco que isto pode representar no aumento de pressão sobre as famílias e em favorecer a escalada de conflitos ou violência.”

Se tudo isto demonstra que o ensino presencial “não é substituível”, pois não o são “a partilha, a solidariedade, o pluralismo de ideias no grupo em presença física”, como refere a psicóloga; e se “nada se assemelha ao trabalho do professor em sala de aula”, como frisa Arlindo Ferreira, a verdade é que a imersão num mundo novo não deixará a escola incólume. Nada voltará a ser igual, ou pelo menos espera-se que não o seja. “Se faz sentido aprender com a experiência, faz. Se o vamos fazer de uma forma estruturada e abrangente, tirando lições positivas e partido do que se conseguiu, isso já não sei”, pontua António José Osório.

Mas Luísa Aires, especialista em ensino à distância, acredita que vamos agarrar esta oportunidade: “Tenho a certeza de que, daqui a uns meses, vamos ter equipas de professores mais formadas, pais mais preparados, alunos mais despertos, um ensino com mais flexibilidade e uma maior cidadania digital. E isto não é ser demasiado otimista.” ●